COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 857, DE 2007

Institui o Dia do Alerta sobre o uso nocivo do Álcool.

Autor: Deputado NEILTON MULIM

Relator: Deputado PASTOR PEDRO RIBEIRO

I - RELATÓRIO

1. O presente Projeto de Lei pretende instituir o **Dia do Alerta sobre o uso nocivo do Álcool**, no dia **23 de outubro** de cada ano, em todo o território nacional (**art. 2º**), com atividades que poderão ser realizadas em parceria com instituições de ensino, associações e entidades da sociedade civil e órgãos do poder público, na forma estabelecida por decreto que regulamentar a lei (**parágrafo único**).

2. Esclarece a **justificação**:

“Estudos demonstram que o álcool abre as portas para o uso das demais drogas, portanto, é interessante notar que a conscientização nestas faculdades vem enfocando o fato de que o dependente de álcool provoca graves transtornos sociais, de relacionamento com os familiares e na produtividade, bem como produz um alerta mais eficaz para os prejuízos causados em relação à própria saúde de quem o consome.

A campanha também tem o mérito de poder mostrar e alertar que, apesar da gravidade de todos esses problemas, o uso do álcool é incentivado pela propaganda, a qual se apóia em ídolos e símbolos populares e nacionais para aumentar suas vendas.

Por isso, a campanha objetiva prevenir o uso abusivo do álcool, entre os jovens que é o grande alvo da publicidade alcoólica. Desta forma, o dia 23 de outubro, une as universidades e toda sociedade no Dia de Alerta sobre o Uso Nocivo de Álcool.”

3. A Comissão de Educação e Cultura **aprovou**, por unanimidade, o PL, com uma **emenda**, nos termos do parecer do Relator, Deputado Paulo Rubens Santiago, do qual se colhe:

“Nos termos da justificção apresentada, devemos conscientizar os jovens universitários e os jovens da nossa comunidade, de que o álcool é uma droga psicoativa, e que causa dependência tanto quanto a cocaína, a maconha, o crack e o cigarro”. O objetivo do autor é deflagrar uma grande campanha de conscientização, que se associe às iniciativas similares de algumas universidades brasileiras.

.....

Louvamos a iniciativa do ilustre Deputado Neilton Mulim. De fato, o uso do álcool de forma nociva, especialmente entre os jovens, é temática polêmica e bastante atual. Ao mesmo tempo em que a lei brasileira proíbe a venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos – Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996 e Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - , é absolutamente corriqueiro o consumo de álcool entre os jovens – seja no ambiente domiciliar, em festividades, ou ainda em ambientes públicos.

A sociedade adota atitudes paradoxais frente ao tema: por um lado condena o abuso de álcool pelos jovens, mas é tipicamente permissiva ao estímulo do consumo por meio da propaganda. Essa, uma poderosa madrinha dos níveis crescentes e precoces de consumo entre os jovens.....

.....

*Em relação à forma, julgamos pertinente elaborar uma **emenda**, excluindo o **parágrafo único do art. 2º**, posto que cabe ao Poder Executivo definir em que termos realizará atividades, campanhas ou quaisquer outros mecanismos de atuação governamental.”*

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

1. É do âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania opinar sobre a **constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa** dos **projetos, emendas e substitutivos** alçados à Câmara e suas Comissões, em face do **art. 32 IV**, alínea **a**, do Regimento Interno.

2. Pretende-se alertar a população, sobretudo os jovens, sobre os malefícios do uso abusivo de bebidas alcoólicas, consagrando um dia especial para evidenciar a nocividade dessa prática, qual seja o dia **23 de outubro**.

3. A Constituição Federal confere à União, Estados e Distrito Federal **legislar concorrentemente** sobre “proteção e defesa da saúde”(art. 24, XII), sendo **competência comum** desses entes, e mais dos Municípios, “cuidar da saúde” (art. 23, III).

4. Dentro dessa “proteção” e do “cuidar” da saúde, inclui-se, evidentemente, a execução de **campanhas**, que visem a conscientização do povo.

5. Assim sendo, **projeto e emenda** são **constitucionais** e obedientes aos princípios de **juridicidade**, além de exibirem **boa técnica legislativa**.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado PASTOR PEDRO RIBEIRO
Relator